Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 – PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

Abertura: 07 de outubro de 2026.
Horário: 09h00min.
Tipo: Menor preço por item.
Modo de disputa: aberto e fechado.
Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas destinados a promoção da produção agropecuária do Município de Sananduva/RS, à modernização das atividades desenvolvidas para produtores rurais, à agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e ao incentivo ao desenvolvimento rural sustentável, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429.

.

CLAITON EDÚ MONTEIRO DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Sananduva, no uso das suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO,** para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **aquisição de equipamentos agrícolas destinados a promoção da produção agropecuária do Município de Sananduva/RS, à modernização das atividades desenvolvidas para produtores rurais, à agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e ao incentivo ao desenvolvimento rural sustentável, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429, transferidos pela União por meio de transferência especial**, conforme descrito neste edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, do Decreto Municipal nº 7.614, de 02 de janeiro de 2024 e demais legislações pertinentes.

1 – LOCAL, DATA E HORA

1.1 – A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **07 de outubro de 2026**, com início às **09 horas e 00 minutos**, horário de Brasília – DF. Não sendo possível o término neste dia, prossegue-se os trabalhos nos dias úteis seguintes, até se esgotar os itens a serem licitados, iniciando-se no mesmo horário.

1.2 – Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas, através do site descrito no item 1.1, até as **08 horas e 59 minutos** do mesmo dia.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

1.3 – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 – OBJETO

2.1 – Constitui objeto da presente licitação a aquisição de equipamentos agrícolas destinados a promoção da produção agropecuária do Município de Sananduva/RS, à modernização das atividades desenvolvidas para produtores rurais, à agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e ao incentivo ao desenvolvimento rural sustentável, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429, transferidos pela União por meio de transferência especial, cuja descrição, valor de referência, condições de entrega e demais requisitos da aquisição estão detalhadas no Termo de Referência **(ANEXO I)** do presente Edital.

2.2 – O objeto licitado deverá atender aos padrões técnicos de qualidade do mercado, bem como atender as disposições das legislações pertinentes em vigor.

2.3 – Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, reforma ou uso anterior, fabricados preferencialmente no ano da entrega ou, excepcionalmente, no ano imediatamente anterior. A procedência e a condição de novos deverão ser comprovadas mediante apresentação da respectiva nota fiscal no momento da entrega.

2.4 – Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas descritas no edital, incluindo dimensões, capacidades, características construtivas e funcionalidades, quando aplicáveis, devendo ser compatíveis com as condições operacionais de utilização nas propriedades rurais e agroindústrias beneficiadas pelo programa.

2.5 – Cada equipamento deverá ser entregue acompanhado de manual de operação, manutenção e segurança, em língua portuguesa, em meio físico ou digital, quando aplicável. Os equipamentos deverão possuir plaqueta ou identificação equivalente fixada em local visível, contendo, no mínimo, fabricante, número de série, data de fabricação e demais informações técnicas relevantes, quando aplicável, bem como sinalizações e dispositivos de segurança em conformidade com a legislação vigente.

2.6 – Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo cobertura para peças, mão de obra, assistência técnica e eventuais defeitos de fabricação, vícios ocultos ou falhas de funcionamento decorrentes de responsabilidade do fabricante ou da contratada.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

2.7 – Para os equipamentos que demandem manutenção técnica especializada, a assistência técnica deverá ser prestada por rede própria, credenciada ou autorizada pelo fabricante, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, apta a realizar manutenções preventivas e corretivas, fornecer peças de reposição e prestar suporte técnico durante o período de garantia.

2.8 – Os equipamentos deverão ser entregues montados, ajustados e em perfeito funcionamento, prontos para utilização, na sede administrativa do Município ou em outro local previamente indicado pela Administração. O prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias corridos, contados da formalização da contratação, salvo disposição diversa expressamente prevista no edital.

2.9 - Para os equipamentos de maior complexidade técnica, quando aplicável, poderá ser exigida demonstração prática de funcionamento, sob acompanhamento e fiscalização de servidor ou comissão designada pela Administração, como condição para o recebimento definitivo do objeto.

2.10 - Caso sejam constatadas não conformidades, falhas de funcionamento, vícios aparentes ou incompatibilidades com as especificações exigidas, a contratada deverá promover os ajustes necessários ou a substituição do equipamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

2.11 – Os equipamentos deverão atender aos requisitos mínimos de segurança operacional e ergonomia aplicáveis à sua utilização, incluindo proteções em partes móveis, dispositivos de segurança e sinalizações visuais e/ou sonoras, quando exigidos pela legislação específica ou pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a integridade dos operadores e usuários.

2.12 – A contratada deverá assegurar a disponibilidade de peças de reposição, componentes e acessórios originais ou homologados pelo fabricante durante todo o período de garantia dos equipamentos, responsabilizando-se pelo fornecimento dos itens necessários à manutenção decorrente de defeitos de fabricação ou vícios do produto.

2.13 - Quando acionada pela Administração, a assistência técnica deverá iniciar o atendimento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal da ocorrência, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias à rápida solução do problema identificado.

2.14 - Caso o reparo do equipamento não seja concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do início do atendimento técnico, a contratada deverá providenciar a substituição do equipamento por outro com características equivalentes ou

superiores, em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração, salvo se houver concordância expressa do contratante quanto à prorrogação do prazo.

2.15 - Todas as despesas decorrentes do acionamento da garantia, incluindo deslocamento de técnicos, transporte do equipamento, fretes, seguros, tributos, fornecimento de peças, componentes e mão de obra, correrão exclusivamente por conta da contratada, não podendo ser repassadas à Administração.

2.16 - O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas, observando-se o disposto na legislação aplicável:

I – provisoriamente, no ato da entrega, para verificação quantitativa e conferência inicial das condições aparentes dos bens;

II – definitivamente, após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações exigidas no edital, realização de testes de funcionamento, quando aplicáveis, e emissão do respectivo termo de recebimento pelo servidor ou comissão designada pela Administração.

2.17 - A responsabilidade pela integridade, qualidade, transporte, acondicionamento, guarda e conservação dos equipamentos permanecerá integralmente com a contratada até a emissão do recebimento definitivo pela Administração.

2.18 – A informação da marca é para comprovação quando do recebimento do produto e não para fins de avaliação de preços na licitação.

2.18.1 – Caso o produto seja de fabricação própria, a licitante **deverá** preencher os campos marca e modelo com a palavra "própria", a fim de garantir a isonomia e igualdade entre os participantes do certame durante a disputa. Neste caso, a marca e modelo serão especificados somente após a fase de lances e negociação, quando do envio da proposta física readequada, documento solicitado ao vencedor do certame, onde deverá constar a marca e modelo do produto.

3 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1 - A despesa para a execução dos objetos licitados correrá por conta das Dotações Orçamentárias especificadas na lei-de-meios em execução, sob o código nº 1001 1049 449052000000 (634), com recursos oriundos do Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429.

4 – CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

4.1 – Poderão participar deste Pregão todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

4.2 – Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 – Será vedada a participação de:

I. Empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;

II. Empresas sob processo de falência e concordata;

III. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV. Empresas com processos administrativos instaurados junto ao Município.

4.4 – Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

4.5 – As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.6 – É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame cumprir as regras do presente edital.

4.6.1 – Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6.2 – Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6.3 – Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.6.4 – Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

4.6.5 – Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

4.7 – A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.8 – Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

4.9 – As ME e EPP, que assim se credenciarem no sistema eletrônico, terão preferência de contratação em caso de empate, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

4.9.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME ou EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada de empresa que não seja ME ou EPP.

4.9.2 – Em caso de empate, a ME ou EPP mais bem classificada poderá, na sessão pública de julgamento das propostas, sob pena de perclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.9.3 – Sendo aceitável a proposta ofertada pela ME ou EPP, será ela declarada vencedora da sessão de lances. Posteriormente, se procederá à verificação da documentação de habilitação da respectiva licitante, para confirmação das condições habilitatórias. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

4.10 – A empresa que pretender utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e que atenda a previsão legal de enquadramento conforme art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá apresentar juntamente com a sua documentação de habilitação, **declaração devidamente assinada por contador,** que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte além de todos os documentos previstos neste Edital **(ANEXO II)** do presente Edital.

4.10.1 - Conforme art. 34, da Lei 11.488/07, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do Caput do at. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 os benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 desde que atenda a previsão legal de enquadramento conforme art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo apresentar juntamente com a sua documentação de habilitação, **declaração devidamente assinada por contador,** que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte além de todos os documentos previstos neste Edital **(ANEXO II)** do presente Edital.

4.10.2 – Nos casos de empresas ME e EPP, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, nos documentos de habilitação, a empresa não será declarada inabilitada, e será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis cujo termo inicial

corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vecedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, devendo a empresa OBRIGATORIAMENTE, apresentar toda a documentação de habilitação fiscal, ainda que com prazo de validade vencido.

4.10.3 – Caso a licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição, ou ainda, desatenda às exigências habilitatórias, será considerada INABILITADA. O Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a confirmação das condições habilitatórias da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao especificado no Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

5 – ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 – As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio de sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, observando os itens **6 e 7** deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

5.1.1 – Nos termos do art. 63, II, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, quando solicitado pelo pregoeiro, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, caso em que será necessário a inclusão dos documentos de habilitação para cadastro da proposta.

5.2 – O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

5.2.1 – O cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

5.2.2 – Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.2.3 – O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso,** estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

5.2.4 – Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de

realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresas de pequeno porte.

5.2.5 – Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.3 – Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados mediante diligência no próprio sistema eletrônico, onde constará os documentos exigidos e o prazo para envio.

6 – PROPOSTA

6.1 – O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

6.2 – Os licitante deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico até o horário previsto no **item 1.2 deste Edital**, observando as diretrizes do **Anexo I** – Termo de Referência, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

6.2.1 - Caso o produto seja de fabricação própria, a licitante **deverá** preencher os campos marca e modelo com a palavra "própria", a fim de garantir a isonomia e igualdade entre os participantes do certame durante a disputa. Neste caso, a marca e modelo serão especificados somente após a fase de lances e negociação, quando do envio da proposta física readequada, documento solicitado ao vencedor do certame, onde deverá constar a marca e modelo do produto.

6.3 – Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo dos sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

OBS: Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, **excepcionalmente,** nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante procedimento de pré-qualificação, caso em que tais exigências estarão previstas no Termo de Referência do edital.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

6.4 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequentemente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total por item, e demais informações necessárias, até o horário previsto no **item 1.2**.

6.5 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.6 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7 – Os itens de propostas que eventualmente contemplem produto que não corresponda às especificações previstas neste Edital serão desconsideradas.

6.8 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

I. Serão aceitos preços unitários em moeda corrente nacional, contendo até 02 (dois) dígitos após a vírgula;

II. Marca e especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências editalícias;

III. Inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, seguro, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

IV. Prazo de validade da propostas de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico;

V. Prazo de entrega: máximo 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato.

6.9 – As propostas serão analisadas para identificar erros aritméticos a serem corrigidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, em conformidade do seguinte critério:

I. Havendo diferença de valores entre números e expressões, prevalecerá o valor indicado pela expressão;

II. Havendo diferença entre um valor unitário e o valor total, resultante da multiplicação deste unitário, prevalecerá o valor unitário e a quantidade para apuração do total; e,

III. O erro de adição é retificado, conservando-se as parcelas corretas, alterando-se o total exposto pelo total corrigido;

IV. Erros de natureza formal que não alterem o valor das propostas, bem como quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório, conforme discricionariedade da Pregoeira e Equipe de Apoio.

V. Se o valor final da oferta após a fase de lances e negociação ultrapassar o valor de referência não será aceito.

6.10 – O preço básico de referência para o item objeto da presente licitação será nos valores relacionados no termo de referência presente em anexo a este edital **(ANEXO I),** sendo que valores acima deste indicador não serão consideradas pela Administração Municipal para fins de adjudicação.

6.11 - Não serão consideradas as propostas que contiverem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões.

6.12 - A apresentação de propostas implica na aceitação por parte do licitante das condições estabelecidas neste edital e seus anexos carecendo de validade qualquer nova proposição em desacordo com as referidas condições.

7 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Nos termos do art. 63, II, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, quando solicitado pelo pregoeiro, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, caso em que será necessário a inclusão dos documentos de habilitação para cadastro da proposta.

7.2 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal e Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

7.3 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período,** envie através do próprio sistema os documentos previstos nos itens 7.4.1, 7.4.2 e 7.43 deste Edital e proposta física readequada ao último valor ofertado para o(s) item(ns) por ela vencidos, bem como possíveis documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos previamente em Edital.

7.3.1 – A prorrogação de que trata o item 7.3 poderá ocorrer nas seguintes situações:

I. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

II. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para envio dos documentos exigidos.

7.4 – Para fins de habilitação neste pregão, a licitante declarada vencedora após as fases de lances e negociação, deverá encaminhar através do próprio sistema e dentro do prazo estipulado no **item 7.3 deste Edital** proposta readequada ao último valor ofertado para o(s) item(ns) por ela vencidos juntamente com os seguintes documentos, observado o procedimento disposto no item 5 deste Edital:

7.4.1 – Documentos pertinentes à habilitação jurídica:

I. Registro comercial, no caso de empresa individual;

II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

III. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

IV. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

V. Cédula de identidade ou documento equivalente do representante legal da empresa.

7.4.2 – Documentos pertinentes à regularidade fiscal, social e trabalhista:

I. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicilio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa;

IV. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a divida ativa da União (incluindo previdenciário);

V. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de acordo com a Lei Federal nº 12440/2011.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

7.4.2.1 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar todos os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer, após a lavratura da ata, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal, como condição para assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar 123/2006.

7.4.2.2 – A empresa que pretender utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e que atenda a previsão legal de enquadramento conforme art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá apresentar juntamente com a sua documentação de habilitação, **declaração devidamente assinada por contador,** que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte além de todos os documentos previstos neste Edital **(ANEXO II)** do presente Edital.

7.4.2.3 - Conforme art. 34, da Lei 11.488/07, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do Caput do at. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 os benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 desde que atenda a previsão legal de enquadramento conforme art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo apresentar juntamente com a sua documentação de habilitação, **declaração devidamente assinada por contador,** que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte além de todos os documentos previstos neste Edital **(ANEXO II)** do presente Edital.

7.4.3 – Documentos pertinentes à qualificação econômico-financeira, técnica e demais declarações:

I. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em prazo **não superior 60 (sessenta) dias** da data designada para a sessão pública;

II. Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública **(ANEXO III)**;

III. Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme artigo 7º, inciso XXXIII **(ANEXO IV)**;

IV. Declaração de que não está impedido de contratar com a Administração Pública em razão da vedação constante no art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 **(ANEXO V)**;

V. Declaração de que aceita e tem condições de executar integralmente as exigências do presente edital **(ANEXO VI)**;

VI. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas **(ANEXO VIII)**.

VII. Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas **ANEXO IX)**;

VIII. Declaração de que não possui, em seu quadro societário, servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista **(ANEXO X);**

IX. A licitante deverá apresentar catálogo técnico oficial, ficha técnica ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou por seu representante legal autorizado, contendo as especificações técnicas completas dos equipamentos ofertados, compatíveis com as exigências do edital. O documento deverá contemplar, quando aplicável ao item ofertado, no mínimo: descrição do produto, características construtivas, capacidades, dimensões, funcionalidades, materiais empregados, imagens ilustrativas e identificação do fabricante, de modo a possibilitar a verificação objetiva da conformidade da proposta com as especificações exigidas pela Administração;

X. A licitante deverá apresentar declaração emitida pelo fabricante do equipamento ofertado ou por seu representante legal autorizado, comprovando a existência de rede de assistência técnica própria, credenciada ou autorizada, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, apta a prestar suporte técnico e realizar os atendimentos necessários durante o período de garantia dos equipamentos. A declaração deverá indicar expressamente a razão social, endereço completo e município do(s) estabelecimento(s) responsável(is) pelo atendimento técnico;

XI. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior, de forma satisfatória, de bens compatíveis em características e finalidade com o objeto da licitação, demonstrando a aptidão da empresa para o cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação;

7.5 – Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8 – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 – Serão admitidos e considerados válidos os documentos apresentados por cópia, sendo de inteira responsabilidade da licitante a apresentação de tais documentos e sua validade e veracidade, sob pena de responsabilização administrativa prevista no art. 155, inciso VIII da Lei nº14.133/2021.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

8.2 – Em caso de dúvida sobre a autenticidade de documento, o Pregoeiro **PODERÁ** solicitar o envio dos documentos originais e/ou suas devidas cópias autenticadas.

8.3 – É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9 – VEDAÇÕES

9.1 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

II. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

III. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

IV. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

V. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

9.2 – O impedimento de que trata o inciso I do item 9.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.3 – Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

10 – ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1 – No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

10.2 – O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 4.6.2 deste Edital.

10.3 – A comunicação entre o pregoeiro ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

10.4 – Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

11 – CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 – As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11.2 – Serão desclassificadas as propostas que:

I. Contiverem vícios insanáveis;
II. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
III. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após as fases de lances e negociação;
IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

11.3 – A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada após as fases de lances e negociação;

11.4 – Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no quer não for conflitante com o instrumento convocatório.

11.5 – Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

11.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

11.6.1 – O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

11.6.2 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.6.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.6.4 – Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

11.6.5 – Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.

11.7 – A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

11.8 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12 – MODO DE DISPUTA

12.1 – Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), o licitante deverá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

12.2 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM,** observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO/FECHADO**.

12.3 – No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o art. 56 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

12.3.1 – Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

12.3.2 – Encerrado o prazo disposto no subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores

até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertas um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

12.3.3 – Na ausência de lance final e fechado dentro do prazo estipulado, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa, em prol da consecução do melhor preço.

12.3.4 – Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

12.3.5 – Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado, em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.3.6 – Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

12.3.7 – Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

12.4 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

12.5 – Quando a desconexão persistir por tempo superior à 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico.

12.6 – Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance com menor valor total do obtido, como decidir sobre sua aceitação.

13 – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1 – Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem declarado (mediante marcação das declarações em campo próprio do sistema) enquadramento como ME/EPP, conforme itens 5.2.3 e 5.2.4 deste Edital.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

13.1.1 – Entende-se como empate, para fins de Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

13.1.2 – Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

I. A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos), nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

II. Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 13.1 deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo no inciso I deste item.

13.1.3 – O disposto no item 13.1.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

13.2 – Se não houver licitante que atenda ao item 13.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

III. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento (SE HOUVER);

IV. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.3 – Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

II. Empresas brasileiras;

III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias no País;

IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

14 – NEGOCIAÇÕES E JULGAMENTO

14.1 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro, deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

14.2 – Encerrada a etapa de negociação será solicitado pelo pregoeiro, o envio através do próprio sistema, da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado, observado o prazo de 0**2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período.**

14.2.1 - A prorrogação de que trata o item 14.2 poderá ocorrer nas seguintes situações:

I. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para envio dos documentos exigidos.

14.3 – Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

14.4 – Após a análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

14.5 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

14.6 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante apresentação de amostra do produto e/ou declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

14.6.1 – Será analisado o menor preço/valor sobre os produtos requisitados pela Administração.

14.6.2 – O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

14.7 – Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á o desempate conforme item 13 deste Edital.

14.8 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

14.9 – Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro passará para análise dos documentos de habilitação.

15 – VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

15.1 – Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 7.4.1, 7.4.2 e 7.4.3, enviados nos termos do item 7.1, todos deste Edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

15.2 – As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

15.3 – A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha declarado enquadramento mediante marcação de declaração dos itens 5.2.3 e 5.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

15.4 – Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

15.5 – Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

16 – RECURSO

16.1 – Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

I. Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição e registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

II. Julgamento das propostas;

III. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

IV. Anulação ou revogação da licitação.

16.2 – O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

16.3 – Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos incisos "II" e "III" do item 16.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

I. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

II. A apreciação dar-se-á em fase única.

16.4 – O recurso será dirimido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.5 – O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.6 – O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17 – ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

17.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18 – CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

18.1 – O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.3 – Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

18.4 – Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 6.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

18.5 – Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do item 18.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.6 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste Edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

19 – VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1 – O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em **31 de dezembro de 2026 ou com a entrega total do objeto**, podendo ser prorrogado até o limite máximo previsto na Lei.

20 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 – O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo

servidor responsável, condicionada à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada. O crédito será realizado em conta bancária de titularidade da empresa contratada.

20.1.1 – O crédito será realizado em conta bancária de titularidade da empresa contratada.

20.1.2 - A despesa para a execução dos objetos licitados correrá por conta das Dotações Orçamentárias especificadas na lei-de-meios em execução, sob o código nº 1001 1049 449052000000 (634), com recursos oriundos do Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429.

20.2 – Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

20.3 - O valor relativo ao objeto do presente contrato poderá ser reajustado a contar da data-base vinculada à contratação, através do índice a ser definido pelo CONTRATANTE (IGPM/FGV, IPCA-IBGE ou outro índice admitido), deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

20.4 - O preço poderá ser alterado, na forma dos artigos 124 a 136 da Lei 14.133/2021 e, nos termos da letra “d” do supracitado artigo o contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

20.5 - O pedido de alteração de preço deverá ser endereçado ao Pregoeiro, que decidirá no prazo de 48 horas, cabendo ao contratado apresentar recurso no prazo de 24 horas ao Senhor Prefeito Municipal, que também decidirá no prazo de 48 horas. Em ambas as instâncias o pedido será analisado pela Assessoria Jurídica, que também emitirá parecer;

20.6 - É vedado ao contratado interromper o fornecimento dos materiais enquanto tramita o processo de revisão de preço, estando, caso contrário, sujeito às penalidades previstas.

20.7 – Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, caso a compensação entre a sanção e o valor a ser pago não seja suficiente para saldar aquela, hipótese esta que primeira será realizada a compensação.

20.8 – A contratada suportará o ônus decorrente de atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

20.9 - Conforme determinado pelo Decreto Municipal nº 7.341, de 20 de julho de 2022, fica ressalvado a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substitui-la nos termos do mencionado decreto.

21 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 – O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 21.1 deste Edital as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

III. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, prelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.3 – As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com o previsto no inciso II do mesmo item.

21.4 – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 21.2 do presente Edital.

21.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.6 – A aplicação das sanções previstas no item 21.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.7 – Na aplicação da sanção prevista no item 21.2, inciso II do presente Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.8 – Para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 21.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.9 – Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

21.10 – Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.11 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

21.12 – É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II. Pagamento da multa;

III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.13 – A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 21.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22 – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

22.1 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do próprio sistema utilizado para realização do pregão eletrônico no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo e-mail: licitacao@sananduva.rs.gov.br.

22.2 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no próprio sistema utilizado para realização do pregão eletrônico no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br e no sítio eletrônico da Administração no endereço https://www.sananduva.rs.gov.br – Link Licitações.

23 – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 – A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

23.2 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

23.3 – A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme disposto na Lei 14.133/2021.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

23.4 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.5 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas.

23.6 – Serão utilizados para realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, composto por um conjunto de programas que permitem confrontação sucessiva através de envio de lances dos propoentes, com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

23.7 – O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida, tenha acesso ao portal.

23.7.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

23.7.2 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante, ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das trnasações inerentes ao Pregão Eletrônico.

23.7.3 – O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Administração, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrente de uso indevido da senha ainda que por terceiros.

23.8 – Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

23.9 – O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições do referido lance, e caso esse lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

23.10 – O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

23.11 – Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade do licitante.

23.12 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

23.13 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.14 - O resultado desta licitação será lavrado em ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

23.15 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.16 - No interesse do Município, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

I. Adiada sua abertura;
II. Alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

23.17 - Fazem parte deste Edital:

I. Anexo I – Termo de Referência.
II. Anexo II – Modelo de declaração de enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006 – ME/EPP;
III. Anexo III – Modelo de declaração de idoneidade;
IV. Anexo IV – Modelo de declaração de que não emprega menor
V. Anexo V – Modelo de declaração de parentesco (vedação do art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021)
VI. Anexo VI – Modelo de declaração de aceite
VII. Anexo VII – Minuta Contratual
VIII. Anexo VIII – Modelo de declaração de reserva de cargos
IX. Anexo IX – Modelo de declaração de integralidade de custos
X. Anexo X – Modelo de declaração de que não possui servidor público em quadro societário.

23.18 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Comarca de Sananduva, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23.19 - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário expediente, junto à Prefeitura Municipal de Sananduva, pelos fones (54) 99669-0941 ou (54) 99662-5781, pelo e-mail licitacao@sananduva.rs.gov.br sendo que o edital está disponível no site www.sananduva.rs.gov.br, no link *Licitações.*

Sananduva RS, 24 de setembro de 2026.

CLAITON EDÚ MONTEIRO DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

O preço básico de referência para o objeto da presente licitação será nos valores a seguir relacionados, sendo que propostas com valores acima deste indicador não serão consideradas pela Administração Municipal para fins de contratação dos serviços/aquisição de produtos.

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação será a aquisição de equipamentos agrícolas destinados a promoção da produção agropecuária do Município de Sananduva/RS, à modernização das atividades desenvolvidas para produtores rurais, à agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e ao incentivo ao desenvolvimento rural sustentável, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429, transferidos pela União por meio de transferência especial, nos termos dos itens abaixo especificados:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit. (em R$)	Valor Total (em R$)
01	**Carretas forrageiras** basculante com capacidade de carga: 7.200 kg; - capacidade volumétrica: 7,5 m° sem a sobre tampa equipamento com caixa de carga em aço estrutural reforçado com nervuras; Chassi reforçado de estrutura simples e resistente tipo "u"; Cilindro hidráulico para basculamento por comando hidráulico do trator de no mínimo 3 estágios; Tampa traseira com destravamento automático e com abertura lateral e vertical; Espia de aço de segurança no acionamento do cilindro. Pintura interna e externa a pó poliéster; Caixa preparada para receber a sobre tampa, podendo neste caso atingir o volume de 9,0 m'; (sobre tampa não inclusa); Laterais da caixa conformadas em aço ASTM A36 com espessura de 2,65 mm, enrijecidas com duas dobras horizontais com angulação de 45° e 90°; Tampa dianteira em aço ASTM A36, espessura de 2,65 mm; Tampa traseira em aço A36 com espessura de 3,00 mm, com altura	04	unidade		38.306,66	153.226,64

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

	500 mm maior que as laterais, com abertura vertical e lateral; Assoalho de alma dupla em aço ASTM A36, assoalho em chapa com espessura de 3,00 mm; Tubo superior de reforço NBR 8261 grau b, 4,25 x 60 x 120 mm; Colunas/mão francesa em aço ASTM A36 com espessura de 3,00 mm. observação: a coluna traseira deve ser de tal modo reforçada, para não ser necessário usar barra de tração quando for abertura lateral; Longarinas do chassi em aço A36, espessura mínima de 6,35 mm, altura mínima da alma de 245 mm; Pé de apoio regulável e móvel; Engate simples oscilante e móvel; Escada dianteira; Rodado tandem aro 16 sem pneus, dimensões da caixa: 3,60 metros x 2,10 metros x 1,0 metros peso mínimo de 1560 kg medidas totas da carreta: comprimento 5,30 metros x largura 2,35 metros x altura 2,60 metros. Apresentar junto a proposta, prospecto, manual, catalogo de peças e laudo da nr 12.					
02	**Distribuidor de adubo** orgânico líquido a vácuo - 6.000 litros, com tanque constituído em aço-carbono ASTM A 36 com espessura mínima de 4,75 mm; limpeza do tanque por jato de granalha, com posterior pintura externa a pó poliéster e pintura interna a pó temperatura sendo a película da tinta com espessura mínima de 100 micras; construção tipo monobloco e peso total do implemento (sem carga) de no mínimo de 1.300 kg; a solda do corpo do tanque deverá ser robotizada, alta amperagem e do tipo pulsante, para que a mesma fique com alta qualidade, uniforme, de alta penetração e sem porosidades, resultado num equipamento com maior durabilidade e sem vazamentos; a tampa traseira com abertura total visando segurança, facilidade de manutenção, limpeza e garantia da qualidade da pintura interna; vedação da tampa traseira constituída por uma borracha de EPDM trefilada em perfil "U"; cabeçalho com engate giratório lubrificável, válvula traseira 4", com abertura manual, pé de apoio	01	unidade		44.483,33	44.483,33

	regulável e móvel; agitador interno; bomba a vácuo, com no mínimo 7 palhetas; diâmetro mínimo 300 mm e capacidade de 4350l/min, confeccionadas em material de qualidade igual ou superior ao Celeron (suporta até 120 graus Celsius), com lubrificação dupla forçada (na carga e na descarga) através de uma bomba de engrenagens na parte traseira e carcaça em ferro fundido de elevada dureza; visor de nível e regulador de conta-gotas para lubrificação das palhetas; válvulas de pressão a vácuo por esferas de borrachas, com cardam com proteção, mangote de 4x6 metros, com bico aspersor leque de 4" e largura de distribuição de no mínimo 10 metros; rodado tanden aros 16 com pneus, equipamento deverá atender as normas de segurança aplicáveis, especialmente NR12.					
03	**Colhedora de forragens**, ensiladeira, giro de bica; Quebra jato com acionamento hidráulico; Quebra-grãos; Plataforma de área total; - Prolongador de chassis; - Kit roda de apoio com pneu 5.6 R15 4L; Acionamento através de cardam e caixas de transmissão de giro livre para melhor aproveitamento da potência do trator, sem uso de correias; Rotor reforçado, equipado com 12 facas em ângulo de corte exclusivo que demandam menor potência no acionamento; 12 lançadores que potencializam o lançamento do produto; Fácil acesso às facas e contra-facas para regulagem e afiação, desacoplando a junta estriada; Apenas 1 pino fusível para segurança do equipamento, de fácil acesso, integrando a junta dupla com acoplamento estriado, que aciona o alimentador e o sistema de picagem; Caixa de transmissão exclusiva, da entrada do alimentador em banho de óleo; - Central de lubrificação de fácil acesso para lubrificação de todo equipamento; Braços hidráulicos que permitem regulagem de bitola; Bica construída em aço; Equipada com afiador de facas; Potência requerida na TDP de 65 a 105 cv;	02	unidade		92.265,00	184.530,00

	Tamanho do picador de 2 a 39 mm; - Faca serrilhada no sistema de corte; 4 Rolos caixa e 2 recolhedores; Rotação requerida na TDP de 540 rpm; Largura de corte de 120 cm.					
04	**Trator cortador de grama dirigível, novo, zero hora**, destinado à manutenção de pomares, áreas verdes e demais áreas que demandem corte e manutenção de vegetação, auxiliando na limpeza, redução da incidência de pragas e melhoria das condições de manejo, devendo apresentar, no mínimo, as seguintes características: • motor a gasolina, 4 tempos; • potência mínima de 17,5 HP; • cilindrada mínima de 500 cm³; • sistema de partida elétrica; • sistema de lubrificação por bomba de óleo ou sistema pressurizado equivalente; • transmissão automática, CVT ou hidrostática; • largura de corte mínima de 105 cm, admitida a especificação comercial equivalente de aproximadamente 42 polegadas; • plataforma/deck de corte em material metálico resistente; • sistema de corte composto por, no mínimo, 02 (duas) lâminas; • regulagem da altura de corte em, no mínimo, 05 (cinco) posições; • altura máxima de corte de, no mínimo, 80 mm; • sistema de descarga lateral da grama; • tanque de combustível com capacidade mínima de 5 litros; • assento com possibilidade de regulagem de posição; • pneus apropriados para utilização em gramados; • sistema ou dispositivo de segurança destinado à proteção do operador; • farol ou faróis dianteiros; • chassi/estrutura metálica compatível com a utilização e potência do equipamento; • equipamento entregue montado, regulado e em perfeitas condições de funcionamento; • manual de operação,	01	unidade		22.000,00	22.000,00

	manutenção e segurança em língua portuguesa; • disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica, observadas as demais condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência; • garantia conforme as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência; • equipamento novo, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, reforma ou utilização anterior.					
05	**Enfardadeira cilíndrica para feno pré secado,** dimensões mínimas dos fardos de 60x100cm, com 12 rolos de ferro de tubo Extrusado (sem emendas por solda), largura do recolhedor 1 metro, produção de 50 a 80 f/h. A partir de 30HP, vel 5 a 8km/h. Peso aproximado dos fardos de feno: 30 a 45kg, pré-secado: 70 a 90kg. Peso: 600kg, 3 regulagens de amarração do fardo e regulagens de compactação por rosca, lubrificação por bomba elétrica nas correntes, visando a praticidade na produção da alimentação animal.	01	unidade		90.000,00	90.000,00
06	**Ancinho enleirador e espalhador,** largura de trabalho: 3m, largura de transporte: 2,8m com regulagem de altura no chassi, molas ajustáveis com mudança de posição (enleirador para espalhador), com ajuste de altura dos defletores. Peso 300kg. Dois rotores rotação da TDP: 350 a 54 RPM, produção de até 3ha/h, potência requerida a partir de 15 HP, caixa lubrificada a graxa, engrenagens em aço fresado (sem fundição), visando a praticidade na produção da alimentação animal.	01	unidade		30.000,00	30.000,00
07	**Segadeira de discos para corte de gramíneas** (fenação ou pré-secado), levantamento da barra hidráulico, largura mínima de corte de 2,10m, 5 discos, nº mínimo de navalhas por disco: 2, potência a partir de 50HP, velocidade de trabalho 4 a 15 km/h, rotação tomada de força: 540RPM, com fusível de segurança, sistema com mínimo 2 molas de amortecimento (1 mola para a barra de discos e 1 mola para o chassis), utilizada na	01	unidade		42.000,00	42.000,00

	produção animal e corte de outras vegetações, facilitando o manejo.					
TOTAL ESTIMADO (em R$)						566.239,97

1.2 – O objeto licitado deverá atender aos padrões técnicos de qualidade do mercado, bem como atender as disposições das legislações pertinentes em vigor.

1.3 – Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, reforma ou uso anterior, fabricados preferencialmente no ano da entrega ou, excepcionalmente, no ano imediatamente anterior. A procedência e a condição de novos deverão ser comprovadas mediante apresentação da respectiva nota fiscal no momento da entrega.

1.4 – Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas descritas no edital, incluindo dimensões, capacidades, características construtivas e funcionalidades, quando aplicáveis, devendo ser compatíveis com as condições operacionais de utilização nas propriedades rurais e agroindústrias beneficiadas pelo programa.

1.5 – Cada equipamento deverá ser entregue acompanhado de manual de operação, manutenção e segurança, em língua portuguesa, em meio físico ou digital, quando aplicável. Os equipamentos deverão possuir plaqueta ou identificação equivalente fixada em local visível, contendo, no mínimo, fabricante, número de série, data de fabricação e demais informações técnicas relevantes, quando aplicável, bem como sinalizações e dispositivos de segurança em conformidade com a legislação vigente.

1.6 – Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo cobertura para peças, mão de obra, assistência técnica e eventuais defeitos de fabricação, vícios ocultos ou falhas de funcionamento decorrentes de responsabilidade do fabricante ou da contratada.

1.7 – Para os equipamentos que demandem manutenção técnica especializada, a assistência técnica deverá ser prestada por rede própria, credenciada ou autorizada pelo fabricante, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, apta a realizar manutenções preventivas e corretivas, fornecer peças de reposição e prestar suporte técnico durante o período de garantia.

1.8 – Os equipamentos deverão ser entregues montados, ajustados e em perfeito funcionamento, prontos para utilização, na sede administrativa do Município ou em outro local previamente indicado pela Administração. O prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias corridos, contados da formalização da contratação, salvo disposição diversa expressamente prevista no edital.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

1.9 - Para os equipamentos de maior complexidade técnica, quando aplicável, poderá ser exigida demonstração prática de funcionamento, sob acompanhamento e fiscalização de servidor ou comissão designada pela Administração, como condição para o recebimento definitivo do objeto.

1.10 - Caso sejam constatadas não conformidades, falhas de funcionamento, vícios aparentes ou incompatibilidades com as especificações exigidas, a contratada deverá promover os ajustes necessários ou a substituição do equipamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

1.11 – Os equipamentos deverão atender aos requisitos mínimos de segurança operacional e ergonomia aplicáveis à sua utilização, incluindo proteções em partes móveis, dispositivos de segurança e sinalizações visuais e/ou sonoras, quando exigidos pela legislação específica ou pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a integridade dos operadores e usuários.

1.12 – A contratada deverá assegurar a disponibilidade de peças de reposição, componentes e acessórios originais ou homologados pelo fabricante durante todo o período de garantia dos equipamentos, responsabilizando-se pelo fornecimento dos itens necessários à manutenção decorrente de defeitos de fabricação ou vícios do produto.

1.13 - Quando acionada pela Administração, a assistência técnica deverá iniciar o atendimento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal da ocorrência, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias à rápida solução do problema identificado.

1.14 - Caso o reparo do equipamento não seja concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do início do atendimento técnico, a contratada deverá providenciar a substituição do equipamento por outro com características equivalentes ou superiores, em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração, salvo se houver concordância expressa do contratante quanto à prorrogação do prazo.

1.15 - Todas as despesas decorrentes do acionamento da garantia, incluindo deslocamento de técnicos, transporte do equipamento, fretes, seguros, tributos, fornecimento de peças, componentes e mão de obra, correrão exclusivamente por conta da contratada, não podendo ser repassadas à Administração.

1.16 - O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas, observando-se o disposto na legislação aplicável:

I – provisoriamente, no ato da entrega, para verificação quantitativa e conferência inicial das condições aparentes dos bens;

II – definitivamente, após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações exigidas no edital, realização de testes de funcionamento, quando aplicáveis, e emissão do respectivo termo de recebimento pelo servidor ou comissão designada pela Administração.

1.17 - A responsabilidade pela integridade, qualidade, transporte, acondicionamento, guarda e conservação dos equipamentos permanecerá integralmente com a contratada até a emissão do recebimento definitivo pela Administração.

1.18 – A informação da marca é para comprovação quando do recebimento do produto e não para fins de avaliação de preços na licitação.

1.18.1 – Caso o produto seja de fabricação própria, a licitante **deverá** preencher os campos marca e modelo com a palavra "própria", a fim de garantir a isonomia e igualdade entre os participantes do certame durante a disputa. Neste caso, a marca e modelo serão especificados somente após a fase de lances e negociação, quando do envio da proposta física readequada, documento solicitado ao vencedor do certame, onde deverá constar a marca e modelo do produto.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Conforme Estudo Técnico Preliminar, A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover o fortalecimento da agricultura familiar no Município de Sananduva/RS, por meio da disponibilização de equipamentos agrícolas destinados ao apoio das atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares locais.

2.2 – A agricultura familiar desempenha papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Município, constituindo importante fonte de geração de renda, manutenção das famílias no meio rural, diversificação da produção e abastecimento alimentar. Entretanto, parcela significativa dos produtores enfrenta limitações decorrentes da insuficiência ou ausência de equipamentos adequados para o desempenho eficiente de suas atividades, o que compromete a produtividade, a qualidade dos produtos, a agregação de valor à produção e a competitividade do setor.

2.3 – Nesse contexto, a aquisição dos equipamentos previstos nesta contratação visa proporcionar melhores condições de trabalho aos produtores rurais, contribuindo para a mecanização das atividades agrícolas, a redução do esforço físico empregado nas operações, o aumento da eficiência produtiva e o incentivo ao desenvolvimento das agroindústrias familiares existentes no Município.

2.4 – Os equipamentos agrícolas pretendidos permitirão maior eficiência na execução das atividades relacionadas ao preparo do solo, distribuição de insumos, manejo das culturas e produção de forragens, enquanto os equipamentos agroindustriais contribuirão

para o processamento e beneficiamento da produção local, agregando valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e ampliando as oportunidades de comercialização e geração de renda.

2.5 - A não realização da presente contratação poderá comprometer a execução das ações planejadas pelo Município voltadas ao fortalecimento do setor agropecuário, mantendo as dificuldades atualmente enfrentadas pelos agricultores beneficiários e limitando os resultados pretendidos com a política pública de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável.

2.6 - Ressalta-se que a contratação encontra respaldo no interesse público e será viabilizada mediante a utilização de recursos oriundos do Plano de Ação nº 09032026-094311, financiado por meio da Emenda Parlamentar Especial nº 202628630007 e Plano de Ação nº 09032026-091429 por meio da Emenda Parlamentar nº 202628670001, destinados especificamente à implementação de ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

2.7 - Dessa forma, a aquisição dos equipamentos mostra-se necessária e adequada para atender às demandas identificadas pela Administração Municipal, promovendo melhorias nas condições de trabalho dos produtores rurais, incremento da capacidade produtiva, incentivo à permanência das famílias no campo e desenvolvimento sustentável do meio rural.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 – Conforme Estudo Técnico Preliminar, A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos agrícolas, mediante realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, destinados ao fortalecimento da agricultura familiar do Município de Sananduva/RS, em atendimento às ações previstas no Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429.

3.2 – A solução foi definida a partir da identificação das necessidades existentes no âmbito das políticas públicas municipais voltadas ao desenvolvimento rural, considerando as demandas apresentadas pelos agricultores familiares, a necessidade de ampliação da capacidade produtiva, a melhoria das condições de trabalho no meio rural, o incentivo à permanência das famílias no campo e a promoção da agregação de valor à produção local por meio do fortalecimento das agroindústrias familiares.

3.3 – A aquisição dos equipamentos mostra-se necessária diante da insuficiência ou ausência de equipamentos adequados para atendimento das demandas atualmente verificadas, situação que compromete a eficiência das atividades produtivas, limita o potencial de crescimento das unidades familiares de produção e dificulta o alcance dos

objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável do meio rural.

3.4 – Nesse contexto, a solução adotada contempla a aquisição definitiva dos equipamentos necessários ao atendimento das demandas identificadas, mostrando-se mais vantajosa do que alternativas como a manutenção da situação atual, a locação de equipamentos, a busca por cessões ou doações por outros entes públicos ou a utilização de mecanismos de contratação incompatíveis com as características da necessidade e da fonte de recursos disponível.

3.5 - A opção pela aquisição definitiva justifica-se pelo caráter contínuo e permanente da demanda, pela necessidade de estruturação das atividades desenvolvidas pelos beneficiários e pela natureza dos recursos oriundos das Transferências Especiais, destinados à realização de investimentos capazes de promover melhorias efetivas e duradouras no setor agrícola municipal.

3.6 - A solução contempla equipamentos destinados tanto ao apoio das atividades agrícolas quanto ao processamento e beneficiamento da produção rural, permitindo atender diferentes etapas da cadeia produtiva e contribuindo para o aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos, redução do esforço físico empregado nas operações e ampliação das oportunidades de geração de renda no meio rural. A solução proposta também visa promover maior autonomia operacional dos beneficiários, reduzir custos decorrentes da utilização de métodos menos eficientes e incentivar a permanência das famílias no meio rural por meio do fortalecimento das atividades econômicas desenvolvidas no campo.

3.7 - As especificações técnicas e os quantitativos definidos foram estabelecidos com base no levantamento das necessidades identificadas pela Administração Municipal, observadas as diretrizes e os equipamentos previstos no Plano de Trabalho vinculado ao Plano de Ação aprovado, considerando a compatibilidade dos equipamentos com as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares beneficiados e com a realidade operacional do Município.

3.8 - Considerando a natureza e a especificidade dos bens a serem adquiridos, foram estabelecidos requisitos técnicos destinados a assegurar a adequada execução contratual e a efetiva satisfação do interesse público, incluindo a exigência de apresentação de catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes emitidos pelos fabricantes, possibilitando a verificação objetiva da conformidade dos equipamentos ofertados em relação às especificações definidas pela Administração.

3.9 - Também foram previstos mecanismos destinados à comprovação da aptidão técnica das futuras contratadas, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto, demonstrando a aptidão da futura contratada para o fornecimento dos bens objeto da contratação.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

3.10 - A solução adotada estabelece, ainda, que todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, livres de qualquer tipo de recondicionamento, reforma ou utilização anterior, fabricados preferencialmente no ano da entrega ou, excepcionalmente, no ano imediatamente anterior, assegurando melhores condições de desempenho, maior vida útil e adequada aplicação dos recursos públicos investidos.

3.11 - Visando garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pelos beneficiários e reduzir os impactos decorrentes de eventuais falhas ou defeitos dos equipamentos, foram estabelecidas exigências relacionadas à garantia mínima de 12 (doze) meses, abrangendo cobertura para peças, mão de obra e assistência técnica.

3.12 - Nesse contexto, a solução contempla a exigência de comprovação da existência de rede de assistência técnica própria, credenciada ou autorizada pelo fabricante, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, apta a prestar suporte técnico e realizar os atendimentos necessários durante o período de garantia dos equipamentos.

3.13 - A exigência de assistência técnica no Estado do Rio Grande do Sul justifica-se em razão da natureza dos equipamentos objeto da contratação e da necessidade de assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares beneficiados. Considerando que a indisponibilidade prolongada dos equipamentos pode comprometer a execução das atividades produtivas, gerar prejuízos aos usuários e comprometer os resultados pretendidos com a implementação da política pública, torna-se necessária a existência de estrutura técnica apta a prestar atendimento em prazo razoável, reduzindo o tempo de paralisação dos bens, garantindo maior efetividade à garantia contratual e promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos investidos.

3.14 – Da mesma forma, a previsão de disponibilidade de peças de reposição durante todo o período de garantia, associada à definição de prazos máximos para início do atendimento técnico e para conclusão dos reparos necessários, visa assegurar maior efetividade na manutenção dos equipamentos e evitar prejuízos decorrentes da interrupção prolongada das atividades desenvolvidas pelos beneficiários.

3.15 - A solução adotada prevê, ainda, que os equipamentos sejam entregues montados, ajustados e em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos respectivos manuais de operação, manutenção e segurança em língua portuguesa, permitindo sua adequada utilização e contribuindo para a preservação das condições de segurança dos operadores.

3.16 - Também foram estabelecidas exigências relacionadas à segurança operacional dos equipamentos, incluindo a observância das normas técnicas aplicáveis, a existência de dispositivos de proteção e a disponibilização das informações necessárias à

utilização segura dos bens, contribuindo para a redução de riscos e para a proteção da integridade física dos usuários.

3.17 - Como medida destinada a resguardar o interesse público e assegurar a adequada aplicação dos recursos investidos, a solução contempla mecanismos de fiscalização e recebimento do objeto, prevendo o recebimento provisório e definitivo dos equipamentos, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, a possibilidade de realização de testes de funcionamento, quando aplicáveis à natureza do equipamento, bem como a responsabilização da contratada pela integridade dos bens até a emissão do recebimento definitivo.

3.18 - Os bens adquiridos serão incorporados ao patrimônio público municipal, observadas as normas de controle patrimonial aplicáveis, permanecendo vinculados às finalidades que justificaram a presente contratação e à consecução dos objetivos relacionados ao fortalecimento da agricultura familiar local.

3.19 - A contratação será operacionalizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item, considerando tratar-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações constantes do edital.

3.20 - A adoção do julgamento por item mostra-se adequada em razão da diversidade dos equipamentos que compõem o objeto, permitindo maior competitividade entre os fornecedores, ampliação do universo de participantes do certame, incremento da disputa e maior probabilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

3.21 - Por fim, conclui-se que a solução proposta apresenta plena compatibilidade com os objetivos da política pública que se pretende implementar, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, para a modernização das atividades produtivas, para o incremento da produtividade rural, para a agregação de valor à produção local e para a melhoria das condições socioeconômicas das famílias beneficiadas, assegurando a adequada aplicação dos recursos oriundos do Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Conforme Estudo Técnico Preliminar, os requisitos mínimos de contratação são:

I. Requisitos técnicos da licitante:

a. A licitante deverá apresentar catálogo técnico oficial, ficha técnica ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou por seu representante legal

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

autorizado, contendo as especificações técnicas completas dos equipamentos ofertados, compatíveis com as exigências do edital. O documento deverá contemplar, quando aplicável ao item ofertado, no mínimo: descrição do produto, características construtivas, capacidades, dimensões, funcionalidades, materiais empregados, imagens ilustrativas e identificação do fabricante, de modo a possibilitar a verificação objetiva da conformidade da proposta com as especificações exigidas pela Administração;

b. A licitante deverá apresentar declaração emitida pelo fabricante do equipamento ofertado ou por seu representante legal autorizado, comprovando a existência de rede de assistência técnica própria, credenciada ou autorizada, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, apta a prestar suporte técnico e realizar os atendimentos necessários durante o período de garantia dos equipamentos. A declaração deverá indicar expressamente a razão social, endereço completo e município do(s) estabelecimento(s) responsável(is) pelo atendimento técnico;

c. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior, de forma satisfatória, de bens compatíveis em características e finalidade com o objeto da licitação, demonstrando a aptidão da empresa para o cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação;

d. A licitante deverá apresentar declaração formal de que os equipamentos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas no edital, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pela conformidade dos produtos que vierem a ser fornecidos à Administração.

II. Requisitos mínimos dos produtos:

a. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, reforma ou uso anterior, fabricados preferencialmente no ano da entrega ou, excepcionalmente, no ano imediatamente anterior. A procedência e a condição de novos deverão ser comprovadas mediante apresentação da respectiva nota fiscal no momento da entrega;

b. Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas descritas no edital, incluindo dimensões, capacidades, características construtivas e funcionalidades, quando aplicáveis, devendo ser compatíveis com as condições operacionais de utilização nas propriedades rurais e agroindústrias beneficiadas pelo programa;

c. Cada equipamento deverá ser entregue acompanhado de manual de operação, manutenção e segurança, em língua portuguesa, em meio físico ou digital, quando aplicável. Os equipamentos deverão possuir plaqueta ou identificação equivalente fixada em local visível, contendo, no mínimo, fabricante, número de série, data de fabricação e demais informações técnicas relevantes, quando aplicável, bem como sinalizações e dispositivos de segurança em conformidade com a legislação vigente;

d. Os equipamentos deverão atender aos requisitos mínimos de segurança operacional e ergonomia aplicáveis à sua utilização, incluindo proteções em partes móveis, dispositivos de segurança e sinalizações visuais e/ou sonoras, quando exigidos pela legislação específica ou pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a integridade dos

operadores e usuários.

III. Garantia e assistência técnica:

a. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo cobertura para peças, mão de obra, assistência técnica e eventuais defeitos de fabricação, vícios ocultos ou falhas de funcionamento decorrentes de responsabilidade do fabricante ou da contratada;

b. Para os equipamentos que demandem manutenção técnica especializada, a assistência técnica deverá ser prestada por rede própria, credenciada ou autorizada pelo fabricante, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, apta a realizar manutenções preventivas e corretivas, fornecer peças de reposição e prestar suporte técnico durante o período de garantia;

c. A contratada deverá assegurar a disponibilidade de peças de reposição, componentes e acessórios originais ou homologados pelo fabricante durante todo o período de garantia dos equipamentos, responsabilizando-se pelo fornecimento dos itens necessários à manutenção decorrente de defeitos de fabricação ou vícios do produto;

d. Quando acionada pela Administração, a assistência técnica deverá iniciar o atendimento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal da ocorrência, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias à rápida solução do problema identificado;

e. Caso o reparo do equipamento não seja concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do início do atendimento técnico, a contratada deverá providenciar a substituição do equipamento por outro com características equivalentes ou superiores, em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração, salvo se houver concordância expressa do contratante quanto à prorrogação do prazo;

f. Todas as despesas decorrentes do acionamento da garantia, incluindo deslocamento de técnicos, transporte do equipamento, fretes, seguros, tributos, fornecimento de peças, componentes e mão de obra, correrão exclusivamente por conta da contratada, não podendo ser repassadas à Administração;

IV. Entrega e recebimento do objeto:

a. Os equipamentos deverão ser entregues montados, ajustados e em perfeito funcionamento, prontos para utilização, na sede administrativa do Município ou em outro local previamente indicado pela Administração. O prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias corridos, contados da formalização da contratação, salvo disposição diversa expressamente prevista no edital;

b. Para os equipamentos de maior complexidade técnica, quando aplicável, poderá ser exigida demonstração prática de funcionamento, sob acompanhamento e fiscalização de servidor ou comissão designada pela Administração, como condição para o recebimento definitivo do objeto;

c. Caso sejam constatadas não conformidades, falhas de funcionamento, vícios aparentes ou incompatibilidades com as especificações exigidas, a contratada deverá promover os ajustes necessários ou a substituição do equipamento, no prazo

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração;

d. O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas, observando-se o disposto na legislação aplicável:

I. provisoriamente, no ato da entrega, para verificação quantitativa e conferência inicial das condições aparentes dos bens;

II. definitivamente, após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações exigidas no edital, realização de testes de funcionamento, quando aplicáveis, e emissão do respectivo termo de recebimento pelo servidor ou comissão designada pela Administração.

e. A responsabilidade pela integridade, qualidade, transporte, acondicionamento, guarda e conservação dos equipamentos permanecerá integralmente com a contratada até a emissão do recebimento definitivo pela Administração;

V. Subcontratação:

a. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente para atividades acessórias ou complementares, tais como transporte, montagem ou assistência técnica, quando aplicável, permanecendo a responsabilidade integral da contratada pelo cumprimento das obrigações contratuais;

b. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação;

VI. Pagamento e recursos financeiros:

a. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável, condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada;

b. O crédito será realizado em conta bancária de titularidade da empresa contratada;

c. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos oriundos do Plano de Ação nº 09032026-094311, financiado por meio da Emenda Parlamentar Especial nº 202628630007 e Plano de Ação nº 09032026-091429 por meio da Emenda Parlamentar nº 202628670001, observadas as dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – A entrega dos equipamentos será conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

5.1.1 – A entrega dos equipamentos deverá ser feita no local de acordo com indicado pelo município através do seu responsável, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

5.1.2 – Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente através do fiscal e gestor Sr. **Nilvo Junior Batista Fachinello**, ou quem o suceder ou o substituir, eventual ou permanentemente.

6.2 – Serão observados os prazos de entrega estipulados no termo de referência.

6.3 – Serão utilizados como critério de gestão e fiscalização do contrato o cumprimento dos prazos estabelecidos bem como a qualidade dos produtos entregues.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 – A entrega do equipamento deverá ser **feita no local de acordo com a indicação** feita pela Administração através do seu responsável.

7.1.1 - No momento da entrega do equipamento no local mencionado, a licitante deverá entregar ao funcionário recebedor uma nota de aceite da mercadoria, em duas vias, mencionando a quantidade e origem dos produtos. Uma destas vias fica com o funcionário e outra deverá ser juntada à Nota Fiscal no momento da solicitação de pagamento junto ao Município.

7.1.2 - Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

7.2 – O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável, condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 – Será selecionado o fornecedor que oferecer o menor preço por item e tiver sua proposta aceita quanto a descrição do produto, conforme item 1.1 do presente Edital.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Será selecionado o fornecedor que oferecer o menor preço por item considerando o valor de referência e tiver sua proposta aceita quanto a descrição do produto, conforme item 1 do presente Termo de Referência. Sendo que a descrição, quantitativo e valores referenciais restaram retirados do Estudo Técnico Preliminar e demais anexos que o acompanham.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – A despesa para a execução dos objetos licitados correrá por conta das Dotações Orçamentárias especificadas na lei-de-meios em execução, sob o código nº 1001 1049 449052000000 (634), com recursos oriundos do Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429.

Sananduva RS, 24 de setembro de 2026.

NILVO JUNIOR BATISTA FACHINELLO
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 – ME/EPP

(NOME DA EMPRESA)_____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo)_____, **DECLAR**A, sob as penas da lei, que se enquadra no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, atendendo ainda ao disposto no art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021 sendo que no ano-calendário da realização desta licitação ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Local e data, _____ , ___ de _____de _____.

_____
(nome e CRC do contador responsável)

Obs.: Declaração deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação quando solicitados pelo pregoeiro mediante diligência.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na rua _____, na cidade de _____, representada neste ato por _____ (procurador, sócio, etc.), (qualificação), portador do CPF _____, residente e domiciliado _____, declara para fins de participação conforme edital de Pregão Eletrônico nº 022/2026, do Município de Sananduva, que não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, nos termos do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

(Local e data).

_____
Assinatura do representante legal

Obs.: Declaração deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação quando solicitados pelo pregoeiro mediante diligência.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

_____, na cidade de _____, representada neste ato por _____ (procurador, sócio, etc.), (qualificação), portador do CPF _____, residente e domiciliado _____, declara para fins do disposto na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e para participação conforme edital de Pregão Eletrônico nº 022/2026, do Município de Sananduva, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Local e data).

_____
Assinatura do representante legal

Obs.: 1. Declaração deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação quando solicitados pelo pregoeiro mediante diligência.

2. Em caso afirmativo, assinalar a condição de aprendiz acima.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO (INEXISTENCIA DE PARENTESCO COM A ADMINISTRAÇÃO)

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na rua _____, na cidade de _____, representada neste ato por _____ (procurador, sócio, etc.), (qualificação), portador do CPF _____, residente e domiciliado _____, declara para fins de participação conforme edital de Pregão Eletrônico nº 022/2026, do Município de Sananduva, que não incorre nas vedações constantes no art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

(Local e data).

_____
Assinatura do representante legal

Obs.: 1. Declaração deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação quando solicitados pelo pregoeiro mediante diligência.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITE

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na rua _____, na cidade de _____, representada neste ato por _____ (procurador, sócio, etc.), (qualificação), portador do CPF _____, residente e domiciliado _____, declara para fins de participação conforme edital de Pregão Eletrônico nº 022/2026, do Município de Sananduva, que aceita e tem condições de executar integralmente as condições do presente Edital .

(Local e data).

_____
Assinatura do representante legal

Obs.: 1. Declaração deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação quando solicitados pelo pregoeiro mediante diligência.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

ANEXO VII

ATO Nº ___/20___

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE _____.

O **MUNICÍPIO DE SANANDUVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 87.613.543/0001-62, com sede no Centro Administrativo Municipal Prefeito Osvaldo Pedro Camozzato, situado na Av. Pioneiro Fiorentino Bachi, nº 673, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **_____,** denominado **CONTRATANTE,** e, do outro lado, _____ representado por _____, que atuará como preposto junto ao Município, denominada **CONTRATADA**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, do Decreto Municipal nº _____ e demais legislações pertinentes e no **PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/20___**, firmam o presente contrato nos termos das cláusulas que seguem e que são aceitas pelas partes, vinculando-se, mesmo que não transcritas neste ato, todas as cláusulas e condições do edital de abertura do certame:

PRIMEIRA – Objeto deste Ato é a aquisição de equipamentos agrícolas destinados a promoção da produção agropecuária do Município de Sananduva/RS, à modernização das atividades desenvolvidas para produtores rurais, à agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar e ao incentivo ao desenvolvimento rural sustentável, em atendimento ao Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429, transferidos pela União por meio de transferência especial, nos termos dos itens abaixo especificados:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unit. (em R$)	Valor Total (em R$)
01	**Carretas forrageiras** basculante com capacidade de carga: 7.200 kg; - capacidade volumétrica: 7,5 m° sem a sobre tampa equipamento com caixa de carga em aço estrutural reforçado com nervuras; Chassi reforçado de estrutura simples e resistente tipo "u"; Cilindro hidráulico para basculamento por comando hidráulico do trator de no mínimo 3	04	unidade			

	estágios; Tampa traseira com destravamento automático e com abertura lateral e vertical; Espia de aço de segurança no acionamento do cilindro. Pintura interna e externa a pó poliéster; Caixa preparada para receber a sobre tampa, podendo neste caso atingir o volume de 9,0 m'; (sobre tampa não inclusa); Laterais da caixa conformadas em aço ASTM A36 com espessura de 2,65 mm, enrijecidas com duas dobras horizontais com angulação de 45° e 90°; Tampa dianteira em aço ASTM A36, espessura de 2,65 mm; Tampa traseira em aço A36 com espessura de 3,00 mm, com altura 500 mm maior que as laterais, com abertura vertical e lateral; Assoalho de alma dupla em aço ASTM A36, assoalho em chapa com espessura de 3,00 mm; Tubo superior de reforço NBR 8261 grau b, 4,25 x 60 x 120 mm; Colunas/mão francesa em aço ASTM A36 com espessura de 3,00 mm. observação: a coluna traseira deve ser de tal modo reforçada, para não ser necessário usar barra de tração quando for abertura lateral; Longarinas do chassi em aço A36, espessura mínima de 6,35 mm, altura mínima da alma de 245 mm; Pé de apoio regulável e móvel; Engate simples oscilante e móvel; Escada dianteira; Rodado tandem aro 16 sem pneus, dimensões da caixa: 3,60 metros x 2,10 metros x 1,0 metros peso mínimo de 1560 kg medidas totas da carreta: comprimento 5,30 metros x largura 2,35 metros x altura 2,60 metros. Apresentar junto a proposta, prospecto, manual, catalogo de peças e laudo da nr 12.					
02	**Distribuidor de adubo** orgânico líquido a vácuo - 6.000 litros, com tanque constituído em aço-carbono ASTM A 36 com espessura mínima de 4,75 mm; limpeza do tanque por jato de granalha, com posterior pintura externa a pó poliéster e pintura interna a pó temperatura sendo a película da tinta com espessura mínima de 100 micras; construção tipo monobloco e peso total do implemento (sem carga) de no mínimo de 1.300 kg; a solda do	01	unidade			

	corpo do tanque deverá ser robotizada, alta amperagem e do tipo pulsante, para que a mesma fique com alta qualidade, uniforme, de alta penetração e sem porosidades, resultado num equipamento com maior durabilidade e sem vazamentos; a tampa traseira com abertura total visando segurança, facilidade de manutenção, limpeza e garantia da qualidade da pintura interna; vedação da tampa traseira constituída por uma borracha de EPDM trefilada em perfil "U"; cabeçalho com engate giratório lubrificável, válvula traseira 4", com abertura manual, pé de apoio regulável e móvel; agitador interno; bomba a vácuo, com no mínimo 7 palhetas; diâmetro mínimo 300 mm e capacidade de 4350l/min, confeccionadas em material de qualidade igual ou superior ao Celeron (suporta até 120 graus Celsius), com lubrificação dupla forçada (na carga e na descarga) através de uma bomba de engrenagens na parte traseira e carcaça em ferro fundido de elevada dureza; visor de nível e regulador de conta-gotas para lubrificação das palhetas; válvulas de pressão a vácuo por esferas de borrachas, com cardam com proteção, mangote de 4x6 metros, com bico aspersor leque de 4" e largura de distribuição de no mínimo 10 metros; rodado tanden aros 16 com pneus, equipamento deverá atender as normas de segurança aplicáveis, especialmente NR12.					
03	**Colhedora de forragens**, ensiladeira, giro de bica; Quebra jato com acionamento hidráulico; Quebra-grãos; Plataforma de área total; - Prolongador de chassis; - Kit roda de apoio com pneu 5.6 R15 4L; Acionamento através de cardam e caixas de transmissão de giro livre para melhor aproveitamento da potência do trator, sem uso de correias; Rotor reforçado, equipado com 12 facas em ângulo de corte exclusivo que demandam menor potência no acionamento; 12 lançadores que potencializam o lançamento do	02	unidade			

	produto; Fácil acesso às facas e contra-facas para regulagem e afiação, desacoplando a junta estriada; Apenas 1 pino fusível para segurança do equipamento, de fácil acesso, integrando a junta dupla com acoplamento estriado, que aciona o alimentador e o sistema de picagem; Caixa de transmissão exclusiva, da entrada do alimentador em banho de óleo; - Central de lubrificação de fácil acesso para lubrificação de todo equipamento; Braços hidráulicos que permitem regulagem de bitola; Bica construída em aço; Equipada com afiador de facas; Potência requerida na TDP de 65 a 105 cv; Tamanho do picador de 2 a 39 mm; - Faca serrilhada no sistema de corte; 4 Rolos caixa e 2 recolhedores; Rotação requerida na TDP de 540 rpm; Largura de corte de 120 cm.					
04	**Trator cortador de grama dirigível, novo, zero hora**, destinado à manutenção de pomares, áreas verdes e demais áreas que demandem corte e manutenção de vegetação, auxiliando na limpeza, redução da incidência de pragas e melhoria das condições de manejo, devendo apresentar, no mínimo, as seguintes características: • motor a gasolina, 4 tempos; • potência mínima de 17,5 HP; • cilindrada mínima de 500 cm³; • sistema de partida elétrica; • sistema de lubrificação por bomba de óleo ou sistema pressurizado equivalente; • transmissão automática, CVT ou hidrostática; • largura de corte mínima de 105 cm, admitida a especificação comercial equivalente de aproximadamente 42 polegadas; • plataforma/deck de corte em material metálico resistente; • sistema de corte composto por, no mínimo, 02 (duas) lâminas; • regulagem da altura de corte em, no mínimo, 05 (cinco) posições; • altura máxima de corte de, no mínimo, 80 mm; • sistema de descarga lateral da	01	unidade			

	grama; • tanque de combustível com capacidade mínima de 5 litros; • assento com possibilidade de regulagem de posição; • pneus apropriados para utilização em gramados; • sistema ou dispositivo de segurança destinado à proteção do operador; • farol ou faróis dianteiros; • chassi/estrutura metálica compatível com a utilização e potência do equipamento; • equipamento entregue montado, regulado e em perfeitas condições de funcionamento; • manual de operação, manutenção e segurança em língua portuguesa; • disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica, observadas as demais condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência; • garantia conforme as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência; • equipamento novo, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, reforma ou utilização anterior.					
05	**Enfardadeira cilíndrica para feno pré secado,** dimensões mínimas dos fardos de 60x100cm, com 12 rolos de ferro de tubo Extrusado (sem emendas por solda), largura do recolhedor 1 metro, produção de 50 a 80 f/h. A partir de 30HP, vel 5 a 8km/h. Peso aproximado dos fardos de feno: 30 a 45kg, pré-secado: 70 a 90kg. Peso: 600kg, 3 regulagens de amarração do fardo e regulagens de compactação por rosca, lubrificação por bomba elétrica nas correntes, visando a praticidade na produção da alimentação animal.	01	unidade			
06	**Ancinho enleirador e espalhador,** largura de trabalho: 3m, largura de transporte: 2,8m com regulagem de altura no chassi, molas ajustáveis com mudança de posição (enleirador para espalhador), com ajuste de altura dos defletores. Peso 300kg. Dois rotores rotação da TDP: 350 a 54 RPM, produção de até 3ha/h, potência requerida a	01	unidade			

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

	partir de 15 HP, caixa lubrificada a graxa, engrenagens em aço fresado (sem fundição), visando a praticidade na produção da alimentação animal.					
07	**Segadeira de discos para corte de gramíneas** (fenação ou pré-secado), levantamento da barra hidráulico, largura mínima de corte de 2,10m, 5 discos, nº mínimo de navalhas por disco: 2, potência a partir de 50HP, velocidade de trabalho 4 a 15 km/h, rotação tomada de força: 540RPM, com fusível de segurança, sistema com mínimo 2 molas de amortecimento (1 mola para a barra de discos e 1 mola para o chassis), utilizada na produção animal e corte de outras vegetações, facilitando o manejo.	01	unidade			
					TOTAL ESTIMADO (em R$)	

§ 1º – O objeto licitado deverá atender aos padrões técnicos de qualidade do mercado, bem como atender as disposições das legislações pertinentes em vigor.

§ 2º – Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, reforma ou uso anterior, fabricados preferencialmente no ano da entrega ou, excepcionalmente, no ano imediatamente anterior. A procedência e a condição de novos deverão ser comprovadas mediante apresentação da respectiva nota fiscal no momento da entrega.

§ 3º – Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas descritas no edital, incluindo dimensões, capacidades, características construtivas e funcionalidades, quando aplicáveis, devendo ser compatíveis com as condições operacionais de utilização nas propriedades rurais e agroindústrias beneficiadas pelo programa.

§ 4º – Cada equipamento deverá ser entregue acompanhado de manual de operação, manutenção e segurança, em língua portuguesa, em meio físico ou digital, quando aplicável. Os equipamentos deverão possuir plaqueta ou identificação equivalente fixada em local visível, contendo, no mínimo, fabricante, número de série, data de fabricação e demais informações técnicas relevantes, quando aplicável, bem como sinalizações e dispositivos de segurança em conformidade com a legislação vigente.

§ 5º – Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo cobertura para peças, mão de obra, assistência técnica e eventuais defeitos de fabricação, vícios ocultos ou falhas de funcionamento decorrentes de responsabilidade do fabricante ou da contratada.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

§ 6º – Para os equipamentos que demandem manutenção técnica especializada, a assistência técnica deverá ser prestada por rede própria, credenciada ou autorizada pelo fabricante, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, apta a realizar manutenções preventivas e corretivas, fornecer peças de reposição e prestar suporte técnico durante o período de garantia.

§ 7º – Os equipamentos deverão ser entregues montados, ajustados e em perfeito funcionamento, prontos para utilização, na sede administrativa do Município ou em outro local previamente indicado pela Administração. O prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias corridos, contados da formalização da contratação, salvo disposição diversa expressamente prevista no edital.

§ 8º - Para os equipamentos de maior complexidade técnica, quando aplicável, poderá ser exigida demonstração prática de funcionamento, sob acompanhamento e fiscalização de servidor ou comissão designada pela Administração, como condição para o recebimento definitivo do objeto.

§ 9º - Caso sejam constatadas não conformidades, falhas de funcionamento, vícios aparentes ou incompatibilidades com as especificações exigidas, a contratada deverá promover os ajustes necessários ou a substituição do equipamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

§ 10º – Os equipamentos deverão atender aos requisitos mínimos de segurança operacional e ergonomia aplicáveis à sua utilização, incluindo proteções em partes móveis, dispositivos de segurança e sinalizações visuais e/ou sonoras, quando exigidos pela legislação específica ou pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a integridade dos operadores e usuários.

§ 11º – A contratada deverá assegurar a disponibilidade de peças de reposição, componentes e acessórios originais ou homologados pelo fabricante durante todo o período de garantia dos equipamentos, responsabilizando-se pelo fornecimento dos itens necessários à manutenção decorrente de defeitos de fabricação ou vícios do produto.

§ 12º - Quando acionada pela Administração, a assistência técnica deverá iniciar o atendimento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação formal da ocorrência, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias à rápida solução do problema identificado.

§ 13º - Caso o reparo do equipamento não seja concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do início do atendimento técnico, a contratada deverá

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

providenciar a substituição do equipamento por outro com características equivalentes ou superiores, em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração, salvo se houver concordância expressa do contratante quanto à prorrogação do prazo.

§ 14º - Todas as despesas decorrentes do acionamento da garantia, incluindo deslocamento de técnicos, transporte do equipamento, fretes, seguros, tributos, fornecimento de peças, componentes e mão de obra, correrão exclusivamente por conta da contratada, não podendo ser repassadas à Administração.

§ 15º - O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas, observando-se o disposto na legislação aplicável:

I – provisoriamente, no ato da entrega, para verificação quantitativa e conferência inicial das condições aparentes dos bens;

II – definitivamente, após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações exigidas no edital, realização de testes de funcionamento, quando aplicáveis, e emissão do respectivo termo de recebimento pelo servidor ou comissão designada pela Administração.

§ 16º - A responsabilidade pela integridade, qualidade, transporte, acondicionamento, guarda e conservação dos equipamentos permanecerá integralmente com a contratada até a emissão do recebimento definitivo pela Administração.

SEGUNDA – Pela execução do objeto deste instrumento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor unitário descrito na cláusula primeira, que somam **R$** _____, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação de Nota Fiscal, condicionado ao recebimento do recurso destinado a custear a despesa.

§ 1º - O valor relativo ao objeto do presente contrato poderá ser reajustado a contar da data-base vinculada à contratação, através do índice a ser definido pelo CONTRATANTE (IGPM/FGV, IPCA-IBGE ou outro índice admitido), deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

§ 2º - O preço poderá ser alterado, na forma do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, nos termos da letra “d” do supracitado artigo o contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ 3º - O pedido de alteração de preço deverá ser endereçado ao pregoeiro, que decidirá no prazo de 48 horas, cabendo ao contratado apresentar recurso no prazo de 24 horas ao

Senhor Prefeito Municipal, que também decidirá no prazo de 48 horas. Em ambas as instâncias o pedido será analisado pela Assessoria Jurídica, que também emitirá parecer.

§ 4º - É vedado à **CONTRATADA** interromper o fornecimento enquanto tramita o pedido de revisão sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas;

§ 5º - A despesa para a execução dos objetos licitados correrá por conta das Dotações Orçamentárias especificadas na lei-de-meios em execução, sob o código nº 1001 1049 449052000000 (634), com recursos oriundos do Plano de Ação nº 09032026-094311 e Plano de Ação nº 09032026-091429.

§ 6º - Conforme determinado pelo Decreto Municipal nº 7.341, de 20 de Julho de 2022, fica ressalvado a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substitui-la nos termos do mencionado decreto.

TERCEIRA - O presente contrato terá validade enquanto houver disponibilidade de produtos quando será considerado automaticamente rescindido sem a necessidade da formalização de qualquer ato ou expirará em **31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado até os limites da lei.

QUARTA – Os produtos deverão respeitar os padrões técnicos de qualidade, podendo, o contrato, ser rescindido nos seguintes casos:

I – Não cumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, suas especificações e prazos;

II – Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da empresa licitante ou de seus sócios-diretores;

III – dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

IV – Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do contratante, prejudique a execução do contrato;

V – Razões de interesse do serviço público;

VI – Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução do contrato.

QUINTA – A **CONTRATADA** é responsável pelas obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e sociais decorrentes da relação empregatícia por ela mantida com prepostos e empregados para cumprir o objeto da presente contratação.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

SEXTA – A **CONTRATADA** compromete-se a corrigir, as suas custas, parcial ou totalmente, caso os objetos apresentados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos por esta municipalidade, consoante instrumento convocatório.

SÉTIMA – Caberá a **CONTRATADA** cumprir as Portarias e Resoluções pertinentes ao objeto ora contratado, e ainda responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, bem como indenizar imediatamente os que eventualmente venha causar às instalações, prédios, mobiliário, máquinas e todos os demais pertences do **CONTRATANTE** e a de particulares, ainda que involuntários, praticados por seus funcionários.

OITAVA – Na vigência do contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

§ 1º - A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execuçlão ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no § 1º as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

III. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do § 2º poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

§ 4º - A sanção prevista no inciso I do § 2º será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do § 1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 5º - A sanção prevista no inciso III do § 2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do § 1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 6º - A sanção prevista no inciso IV do item § 2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do § 1º do presente ato, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do § 1º que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 7º - As sanções aplicadas obedecerão aos ritos estabelecidos nos arts 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 8º - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no § 2º.

§ 9º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 10º - A aplicação das sanções previstas no § 2º não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§ 11º - Na aplicação da sanção prevista no § 2º, inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 12º - Para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do § 2º, o licitante ou o contratado será imtimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

§ 13º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção, de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar algegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 14º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnescessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 15º - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos ato ilícitos previstos na lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa urídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observaados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§ 16º - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
II. Pagamento da multa;
III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade no caso de declaração de inidoneidade;
IV. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

§ 17º - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do § 2º do presente ato exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

NONA – As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA.**

§ 1º - A extinção do contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

DÉCIMA - Além das obrigações acordadas neste instrumento contratual, fica a **CONTRATADA** obrigada a manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, bem como a obedecer às condições do Edital de Licitação mesmo que não tenham sido transcritas neste ato.

Parágrafo Único - A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração Municipal previstos nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DÉCIMA PRIMEIRA - A fiscalização sobre todos os termos do presente contrato a ser exercida pela **CONTRATANTE** ocorrerá para preservar o interesse público, sendo que eventual atraso nesta tarefa não lhe implicará corresponsabilidade pela eventual execução incorreta dos serviços.

§ 1º - CONTRATANTE designa como fiscal deste ato através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o fiscal e gestor Sr. _____, ou quem o suceder ou substituir, eventual ou permanentemente.

DÉCIMA SEGUNDA – Aplica-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e os dispositivos da licitação expressos no Edital ao qual este ato vincula-se.

DÉCIMA TERCEIRA – A **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste contrato na forma e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

DÉCIMA QUARTA - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições para a prestação dos serviços/fornecimento dos produtos constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

MATRIZ DE RISCO:

I. *Constituem riscos da contratação e os setores responsáveis pela mitigação conforme mapa de riscos parte integrante do processo:*

1. *Definição inadequada das especificações técnicas dos equipamentos – Responsável: Secretaria Demandante;*
2. *Pesquisa de preços insuficiente ou incompatível com a realidade de mercado – Responsável: Setor de Compras;*
3. *Restrição indevida à competitividade – Responsável: Compras/Jurídico;*
4. *Ausência de interessados ou fracasso da licitação – Responsável: Administração;*

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

5. *Impugnações e recursos administrativos – Responsável: Pregoeiro/Jurídico;*
6. *Desistência do fornecedor vencedor antes da formalização contratual – Responsável: Administração;*
7. *Atraso na assinatura do contrato – Responsável: Administração;*
8. *Oscilações de mercado que comprometam o fornecimento – Responsável: Administração;*
9. *Entrega parcial dos equipamentos contratados – Responsável: Fiscal do contrato;*
10. *Atraso na entrega dos equipamentos – Responsável: Fiscal do contrato;*
11. *Fornecimento de equipamentos em desacordo com as especificações – Responsável: Fiscal do contrato;*
12. *Fornecimento de equipamentos usados ou recondicionados – Responsável: Fiscal do contrato;*
13. *Falhas ou defeitos de fabricação – Responsável: Contratada;*
14. *Descumprimento das obrigações relacionadas à garantia – Responsável: Fiscal/Contratada;*
15. *Inexistência ou insuficiência de assistência técnica no RS – Responsável: Contratada;*
16. *Demora no atendimento técnico – Responsável: Contratada;*
17. *Indisponibilidade de peças de reposição – Responsável: Contratada;*
18. *Necessidade de substituição dos equipamentos durante a garantia – Responsável: Contratada;*
19. *Inadimplência fiscal ou trabalhista superveniente da contratada – Responsável: Administração;*
20. *Danos aos equipamentos durante o transporte – Responsável: Contratada;*
21. *Falhas no recebimento provisório e definitivo – Responsável: Administração;*
22. *Deficiência na fiscalização contratual – Responsável: Administração;*
23. *Aplicação inadequada dos recursos oriundos da transferência especial – Responsável: Administração;*
24. *Alterações normativas relacionadas à utilização dos recursos federais – Responsável: Administração;*
25. *Não atingimento dos objetivos da política pública – Responsável: Administração;*
26. *Inexistência de critérios objetivos para seleção dos beneficiários – Responsável: Administração;*
27. *Questionamentos pelos órgãos de controle quanto à escolha dos beneficiários – Responsável: Administração;*

28. *Ausência de formalização adequada da cessão de uso – Responsável: Administração;*

29. *Não formalização das responsabilidades do cessionário – Responsável: Administração;*

30. *Utilização inadequada dos equipamentos pelos beneficiários – Responsável: Administração/Cessionário;*

31. *Desvio de finalidade dos equipamentos cedidos – Responsável: Administração;*

32. *Danos decorrentes de mau uso dos equipamentos – Responsável: Administração/Cessionário;*

33. *Ausência de manutenção preventiva pelos beneficiários – Responsável: Administração/Cessionário;*

34. *Falta de treinamento ou orientações mínimas sobre o uso dos equipamentos – Responsável: Administração;*

35. *Dificuldade de fiscalização dos equipamentos cedidos – Responsável: Administração;*

36. *Utilização compartilhada dos equipamentos sem controle adequado – Responsável: Administração;*

37. *Extravio dos equipamentos – Responsável: Administração;*

38. *Furto ou roubo dos equipamentos – Responsável: Administração/Cessionário;*

39. *Dificuldade de localização dos bens cedidos – Responsável: Administração;*

40. *Falhas nos registros patrimoniais – Responsável: Patrimônio/Administração;*

41. *Deterioração prematura dos equipamentos – Responsável: Administração/Cessionário;*

42. *Danos aos equipamentos durante armazenamento pelo Município – Responsável: Administração;*

43. *Rotatividade ou alteração dos beneficiários incialmente previstos – Responsável: Administração;*

44. *Dificuldade de comprovação dos resultados alcançados – Responsável: Administração;*

45. *Responsabilização do Município por danos decorrentes do uso inadequado dos equipamentos – Responsável: Administração;*

46. *Ausência de recursos futuros para manutenção após encerrada a garantia – Responsável: Administração;*

47. *Descontinuidade das ações de acompanhamento dos bens cedidos – Responsável: Administração.*

DÉCIMA QUINTA - Fica eleito o foro da Comarca de Sananduva, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por ser expressão da verdade, assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas, para que surta efeitos legais.

Sananduva RS, _____de 2026.

MUNICÍPIO DE SANANDUVA
CLAITON EDÚ MONTEIRO DE AGUIAR
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na rua _____, na cidade de _____, representada neste ato por _____ (procurador, sócio, etc.), (qualificação), portador do CPF _____, residente e domiciliado _____, declara para fins de participação conforme edital de Pregão Eletrônico nº 022/2026, do Município de Sananduva, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas .

(Local e data).

_____
Assinatura do representante legal

Obs.: 1. Declaração deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação quando solicitados pelo pregoeiro mediante diligência.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na rua _____, na cidade de _____, representada neste ato por _____ (procurador, sócio, etc.), (qualificação), portador do CPF _____, residente e domiciliado _____, declara para fins de participação conforme edital de Pregão Eletrônico nº 022/2026, do Município de Sananduva, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

_____

Assinatura do representante legal

Obs.: 1. Declaração deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação quando solicitados pelo pregoeiro mediante diligência.

Av. Fiorentino Bacchi, nº 673 - Cep: 99840-000
Estado do Rio Grande do Sul/BR
Contato: (54) 99669-0941

ANEXO X

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO SOCIETÁRIO

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na rua _____, na cidade de _____, representada neste ato por _____ (procurador, sócio, etc.), (qualificação), portador do CPF _____, residente e domiciliado _____, declara para fins de participação conforme edital de Pregão Eletrônico nº 022/2026, do Município de Sananduva, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

(Local e data).

_____
Assinatura do representante legal

Obs.: 1. Declaração deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação quando solicitados pelo pregoeiro mediante diligência.